

For the love, not the money: futebol , produção do comum e direito à cidade.

Irlan Simões Santos¹

1. Introdução

No ano de 2009, o geógrafo inglês David Harvey, um dos mais relevantes marxistas heterodoxos da atualidade, fez uma interessante e generosa análise do livro *Commonwealth* de Antonio Negri e Michael Hardt². Ele afirmou que, apesar de possuir divergências com algumas formulações, notou a firmeza das argumentações e elogiou a importância dada pelos colegas na atualização do tema do “comum”. O autor abordava de forma muito tímida esse tema no seu trabalho até então, mas deixou muito claro no texto de análise do livro que vislumbrava a articulação direta da questão do comum com a luta pelo direito à cidade.

Para Harvey, as lutas pelos comuns urbanos e a produção de uma nova subjetividade viraram a linha de frente nas lutas das pessoas na cidade. Nesse sentido, a formulação de Negri e Hardt era importante para superar o foco da teoria política marxiana na classe trabalhadora fabril (operariado), por considerá-la: 1) teoricamente equivocada, uma vez que ignorava a produção da urbanização, a produção do espaço e todos os trabalhadores envolvidos nessas atividades; 2) historicamente imprecisa por desconsiderar uma série de movimentos revolucionários na história do capitalismo que estavam focados tanto no descontentamento com a qualidade da vida cotidiana na cidade, quanto nas demandas nas fábricas.

É em 2011 que David Harvey vai lançar o primeiro artigo sobre o “comum” que é a espinha dorsal do que formularia sobre o tema no livro *Rebel Cities*³, que lançaria no ano seguinte (a edição brasileira sai apenas em 2014). Nesse livro, David Harvey dedicou todo o quarto capítulo, “*A criação dos bens comuns urbanos*”, para discutir o conceito dentro daquilo que ele chama de lutas anticapitalistas pelo direito à cidade, além de retomar pontualmente esse assunto ao longo da obra.

¹ Mestrando pelo Programa e Pós Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM/UERJ).

² NEGRI, T. & HARDT, M.. *Commonwealth*. Cambridge e Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

³ HARVEY, D. *Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana*. São paulo, Martins Fontes, 2014 .

A ideia nesse artigo é tomar emprestadas as contribuições de David Harvey por um lado, e de Antonio Negri e Michael Hardt por outro, para pensar o futebol, em especial o clube e o estádio, enquanto uma produção do comum, e a partir disso pensar como as lutas dos torcedores estão inseridas no contexto mais amplo das lutas pelo direito à cidade. É possível se aproveitar de elementos de suas contribuições que dialogam, no sentido de entender o atual momento da captura capitalista de todos os aspectos da vida, e como o processo de construção de alternativas e instituições que superem a dicotomia privado / público-estatal assumem um papel crucial na atualidade.

Não há a pretensão de elaborar um “programa militante” ou um “projeto político” a partir dessa tarefa que vislumbra na construção do comum um processo de ruptura com a exploração capitalista. Pelo contrário, pretendo analisar como, ainda que desempenhada por atores múltiplos e plurais, as lutas empreendidas pelos torcedores são contempladas, e de certa forma contemplam, a ideia da construção do comum, independente da concepção que se aborde. Apesar de identificarmos a diferença crucial da abordagem da construção do comum enquanto “processo antagonista”, em Negri e Hardt; ou enquanto “estação intermediária para a ruptura capitalista”, em Harvey; serão aproveitadas as possibilidades de diálogo deixadas pelas suas obras, em especial para articular a noção de “trabalho vivo” nos primeiros, com a atualização da questão do “direito à cidade” no segundo, chaves interessantes para pensar o futebol em suas particularidades.

O assunto que aqui tratamos não é nada novo e nem pouco presente no mundo do futebol. No período em que esse artigo foi escrito ocorria um levante de diversas torcidas organizadas brasileiras. Na Europa, explodiam os protestos de torcedores comuns e dos grupos organizados⁴.

Analisaremos como essas experiências torcedoras ainda que desconhecedoras das ideias do “comum” propõem a formação, construção e defesa do comum no campo do futebol (no sentido bourdieusiano, leia-se), como uma saída para o agressivo processo de mercantilização do jogo. Farei isso a partir de um esforço de elencar diversas experiências, de localidades e formatos distintos, que permitam traçar um panorama geral da militância relacionada ao futebol em todo o mundo.

Essas lutas acabam por se relacionar de certa forma na exigência de espaços e direitos que se contrapõem à captura capitalista do futebol enquanto cultura – ou enquanto um comum cultural – ao passo que almejam retomar o clube como uma instituição pertencente ao

⁴ Cf. SIMÕES, I. *Há vida, enfim, no futebol brasileiro*, 2016; e SÁMANO, J.. *Torcedores ou clientes?*, 2016.

corpo coletivo dos torcedores – mesmo que se perceba uma clara confusão do que de fato é um clube.

2. Afinal, o que é um clube?

Originalmente um clube de futebol não é nem mercado, nem estado. Esbarrado na figura jurídica e normativa de associação civil, o clube significou durante longos anos uma produção do comum das mais significativas. Mais do que um objeto de gerência “amadora/corporativa” de sujeitos oriundos das elites, o clube é um comum produzido por milhares de sujeitos que se identificam pelas cores da camisa que vestem, pelo estádio que presenciam, pelo espaço ao qual deram sentido e transformaram em lugar, pelos momentos de euforia e tristeza que compartilharam. Em suma, se identificam pelo conceito complexo e subestimado de “torcida”. Estamos, portanto, tratando de um tipo de comum que já possui mais de 150 anos de existência, que produz subjetividades relacionadas aos sentimentos de representação, identidade e topofilia.

Em 1883, portanto 35 anos após a criação das regras da Universidade de Cambridge e apenas 20 anos depois da fundação da Football Association na Inglaterra, já se registravam mais de mil clubes de futebol em todo país⁵. Ou seja, quando o futebol deixa de ser um jogo das ruas e se torna um esporte normatizado, compondo agora regras e instituições básicas, ele é construído por uma parcela considerável da sociedade. Esse fenômeno nos remete a uma importante ressalva para mostrar a multiplicidade de atores que compunham os clubes, não apenas membros das elites. O “futebol oficial” (ligas e clubes amadores) e o “futebol popular” (jogado nas ruas)⁶ se retroalimentavam, compondo toda uma cultura relacionada ao jogo, desde a sua prática competitiva e cerimonial, aos brinquedos nas ruas e praças que envolviam qualquer tipo de objeto que se encontrasse pela frente, e, mais importante de tudo, ao ato de assistir, apoiar e vibrar pelo clube de sua preferência: em suma, torcer.

A Inglaterra, portanto, pode ser considerada a pátria-mãe do futebol-esporte e, como veremos mais adiante, do futebol-negócio, mas é difícil dizer que seja a pátria-mãe do futebol-jogo, já que é completamente impossível precisar a origem do jogo futebol. Da Ásia até as civilizações mais avançadas da indo-américa encontram-se indícios de práticas lúdicas em que um objeto esférico era arremessado com os pés até atingir um marco. A Inglaterra

⁵ MASCARENHAS, G. *Um jogo decisivo, mas que não termina: a disputa pelo sentido da cidade nos estádios de futebol*. Revista Cidades, v. 10, n. 17, 2013, pp. 142-170.

⁶ SANTOS, H. Sena dos. *“Pugnas Renhidas”: futebol cultura e sociedade em Salvador*. Dissertação (Mestrado em História). DCHF, Universidade Estadual de Feira de Santana. 2012.

seria a criadora do futebol-esporte na medida em que determina suas regras e, no desfraldar do seu avanço imperialista no final do século XVIII, ser responsável pela sua difusão por todo o mundo de acordo com seus pressupostos. Esporte esse que, por explicações que transcendem qualquer teoria desenvolvida sobre o tema até hoje, foi popularmente reapropriado, seguido, reinventado, adaptado e praticado pelas classes trabalhadoras em toda extensão do globo terrestre.

Um ótimo exemplo para ilustrar isso é a fundação do Sport Club Sete de Setembro, em 1904; que dois anos depois passaria a se chamar Sport Club Ypiranga. Esse clube surgido na cidade de Salvador, teria sido fundado por estivadores, categoria de trabalhadores historicamente bem organizada nas grandes cidades litorâneas brasileiras, e foi o pioneiro em ter gente de cor e trabalhadores braçais em suas fileiras, na contramão de boa parte dos clubes elitizados e exclusivamente brancos da cidade, tornando-se o clube mais popular de Salvador.

Percebe-se que mesmo antes do surgimento de boa parte desses clubes o futebol já era praticado nos mesmos logradouros em que eram desenvolvidas diversas outras práticas lúdicas e culturais dos populares negros, indígenas e mestiços das classes baixas. A capoeira, o candomblé, as serestas, os sambas, as batucadas, os brinquedos de arraia e búzios, o uso de fogos de artifício no São João se juntavam ao futebol como práticas de divertimento e sociabilidade que tomavam os espaços públicos da cidade de Salvador. Práticas essas que causavam extremo desgosto à elite soteropolitana⁷, que volta e meia usava os seus jornais pra exigir regulamentações e proibições, que eram prontamente adotadas pelos órgãos estatais. Como Sena dos Santos sugere, é preciso superar a ideia de que o futebol foi "introduzido" pelos clubes da elite. Suas formas de jogar vão além dessas instituições e a sua própria formação é o produto de um comum que era constantemente reinventado nas ruas. Portanto, ao longo da história dos países "fundadores" do futebol, os clubes assumiram diversos formatos e composições sociais, ainda que acabem por assumir proporções maiores, em especial aqueles localizados em bairros ou regiões mais populosas. A popularização do "futebol oficial" passa a causar novos redimensionamentos simbólicos no futebol, e isso atinge tanto a direção dos clubes, quanto o torcedor comum, quanto o jogador⁸.

A popularização do futebol, antes mesmo da regulamentação da profissão do trabalhador do futebol, alça o jogador a um status diferenciado dentro das comunidades em que viveu, uma vez que formas diversas de remuneração por feitos e conquistas já eram

⁷ Ibidem, p. 147-162.

⁸ TOLEDO, L. *Lógicas no futebol: dimensões simbólicas de um esporte nacional*. 2000. 322 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

desempenhadas – os chamados “bichos”. Esse processo distancia a figura do jogador enquanto um “membro” que constrói o clube. Por isso é importante desenvolver uma leitura mais ampla que dê conta de entender o clube como um comum produzido pelos torcedores, não apenas a partir da figura do trabalho assalariado do jogador de futebol, principalmente em termos históricos.

Negri e Hardt observam que a expropriação do comum, através daquilo que chamam de exploração biopolítica, não se resume aos bens naturais (água, ar, terra), mas também envolvem o “comum artificial”. Esse tipo de comum é identificado como artificial para ressaltar uma diferença entre natureza e cultura, e envolve “as línguas que criamos, as práticas sociais que estabelecemos, os modos de sociabilidade de definem nossas relações”⁹. Pensando a partir dessa perspectiva, podemos dizer que a torcida é a real produtora do clube enquanto um comum, ainda que seja alienada desta produção.

Sem a pretensão de entrar em aspectos mais profundos das formulações inovadoras de Negri e Hardt sobre o trabalho vivo – e suas interessantes imbricações com as teorias foucaultianas sobre sociedade de controle e biopoder – para não correr o risco de desviar do foco desse artigo, percebemo-lo como uma chave interessante para pensar o futebol. Os autores resgatam o conceito de trabalho vivo em Marx para pensar aquela forma de produção não alienada, quando o trabalho não é objetificado, portanto, capaz de produzir conhecimento, informação, imagens, afetos e relações sociais. Eles apontam como esses produtos do trabalho vivo são “comuns” que são expropriados e explorados pelo capital para gerar mais-valia.

Harvey opta utilizar o termo “trabalho coletivo” para se referir a esse processo que foi sublinhado¹⁰, o que igualmente permite visualizar a ideia do clube como um produto de seus torcedores, superando a visão estreita do futebol pela ótica do trabalho assalariado do jogador profissional. Se fossemos pensar apenas pelo prisma do jogador seria necessário o uso de outros elementos – que inclusive correlacionam o trabalhador do futebol ao trabalhador da cultura – e nos levaria a uma série de problematizações e conclusões que extrapolariam os objetivos desse artigo.

O clube é apropriado continuamente pelo Estado e pelo mercado, mas não existe para além da torcida, ainda que esta seja tratada como mera massa de consumidores de mais um dos tantos produtos da indústria do “entretenimento” (essa que é nada mais que uma indústria cultural com características específicas). É, portanto, um comum que sofre constante

⁹ NEGRI & HARDT, op. cit., 2009, p.138-140.

¹⁰ HARVEY, D. op. cit., 2014, p. 153.

expropriação, na medida em que se usurpa a produtividade do trabalho vivo do conjunto dos torcedores.

Esse comum artificial/cultural, como aponta Harvey em diálogo com essa leitura, encontra-se atualmente sob a lógica da mercantilização e do “cercamento”, dentro daquilo que ele chama de “disneyficação”¹¹. O termo é utilizado para apontar a padronização e adequação de espaços comuns aos interesses da indústria do turismo, mas pode ser facilmente adaptado para compreender o processo de empresarização dos clubes e dos estádios para a acomodação de um público consumidor alheio a ele, como veremos mais adiante.

Mas, afinal, como se dá essa expropriação/desposseção do clube dos seus torcedores? Para isso façamos um breve histórico do desenvolvimento do futebol no século XX para compreender esses aspectos. Alguns marcos históricos podem ser sublinhados para sintetizar esses movimentos que desenham uma história da economia política crítica do futebol¹.

3. Mercantilização do futebol

Passado o processo de popularização vemos a formação dos estádios através da definição de espaços do torcer, onde cobravam-se determinados valores de entradas, com diferentes perfis socioeconômicos. A própria arquitetura do estádio representava a divisão de classes que poderia compor um único clube. Cruz (2005) salienta que uma cultura torcedora mais visceral, ligada à classe trabalhadora, terá seus primeiros movimentos nesse contexto, quando os ingressos mais baratos permitiam o acesso aos fundos dos gols, conhecidos popularmente como *terraces*, onde não havia assentos, apenas entulhos e montes de terra.

Dada essa fase de estruturação básica, gerando uma circulação de mercadorias simbólicas e também de interesses políticos, agravada com a profissionalização do jogador, o futebol então se molda enquanto uma indústria cultural, adotando a sua dupla função de publicidade e propaganda, seguindo aqui o esquema proposto por César Bolaño¹². A função propaganda compete aos seus usos pelo Estado e grupos políticos dominantes, quando da instrumentalização de um aspecto cultural para fins de ideológicos. A função publicidade se refere ao uso pelo Capital, em sua competência de servir aos capitais individuais em concorrência e, ao mesmo tempo, na moral geral do capitalismo enquanto sistema. É dentro dessa chave que poderemos entender os momentos que marcam o futebol no século XX.

¹¹ Idem, p. 142.

¹² BOLAÑO, C. (org.). *Comunicação e a crítica da economia política: perspectivas teóricas e epistemológicas*. / Organizador César Bolaño; - São Cristóvão: Editoria UFS, 2008.

Nos anos iniciais é o Estado que se encarregará de difundir o futebol enquanto cultura de massas, promovendo a construção de grandes estádios em todo um território nacional. Essa era uma das principais ferramentas de articulação política e busca de apoio popular, mas também cumpriria um papel fundamental aos clubes, que até então tinham as bilheterias como uma das poucas fontes de receita. Era isso que colocava diretores de grandes clubes e de ligas ou federações na correia de transmissão do poder institucional durante esse períodoⁱⁱ.

Quatro momentos históricos importantes marcam processos de mercantilização agressiva do futebol que chamam uma maior atenção por impactarem diretamente na produção do estádio e consequentemente do seu público, que é de fato o recorte que interessa nesse artigo. Elenquemos brevemente.

Primeiro: No pós-guerra na Europa, em especial nos anos 1960, se notará uma nova forma de condução do futebol enquanto negócio¹³, impulsionada por uma nova geração de dirigentes atrelados ao mundo corporativo, muito influenciado pela americanização da cultura global – inclusive do conceito de *sport business*¹⁴. Foram notadas mudanças decorrentes da formação de uma nova sociedade do consumo e da concorrência entre diferentes indústrias culturais e do entretenimento¹⁵, aprofundando os aspectos relacionados ao “espetáculo” no futebol.

Segundo: João Havelange entra na presidência da FIFA, em 1974, e promove uma ampla articulação de grandes empresas globais, com destaque para Coca-Cola e Adidas, na carona do avanço da transmissão de imagens via satélite. Com isso inaugura uma sofisticação sem precedentes do futebol enquanto negócio. O valor total dos ingressos vendidos para cada jogo se torna muito menor do que aquele recebido pelos clubes ao fechar contratos de cessão de direitos de imagem com a TV, além da liberação de patrocínios nas camisas nos anos 1981. Surgem, portanto, novos atores econômicos e uma nova realidade comercial entre clubes, atletas, torcedores de estádios e consumidores de TV. Vale salientar que esse período foi notável pela descoberta de diversos casos de esquemas e lavagem de dinheiro oriundo do crime (máfias diversas, jogos de azar, tráfico de drogas, corrupção estatal), financiando clubes em diversos países europeus e latino-americanos.

Terceiro: A tragédia de Hillsborough, em 1989, na Inglaterra. A superlotação do estádio do Sheffield gerou 96 mortes e centenas de feridos entre os torcedores do Liverpool.

¹³ SLOANE, P. J. *The Economics of Professional Football: The Football Club as a Utility Maximiser*. Scottish Journal of Political Economy, v. 18, n. 2, p. 121-146, 1971.

¹⁴ PRONI, M. W.. *Esporte-Espectáculo e Futebol-Empresa*. 1998. 275 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

¹⁵ CRITCHER, C. *Football Since The War*. In: CLARKE, J. et al (orgs). *Working Class Culture: Studies in history and theory*. Londres: Hutchinson, p.161-184. 1979.

O clube era o mais popular do país e muito famoso pelos seus hooligans, sendo sistematicamente perseguido pelo governo inglês, que desconsiderou as causas reais do acidente, além da negligência das forças policiais que pouco fizeram para evitá-laⁱⁱⁱ. O caso favoreceu o discurso neoliberal do então governo de Margareth Thatcher, que promoveu uma série de exigências de reformas dos estádios ingleses, endividando os clubes locais e obrigando-os a abrir seu capital para investidores externos. O tema da violência serviu como elemento de manipulação da “opinião pública” para a alteração do público dos estádios através da majoração do preço dos ingressos por todo o mundo, inclusive no Brasil nos anos 1990 e 2000.

Quarto e último marco: A adoção, nos anos 1990, do conceito de arenas multiuso pela FIFA e pela UEFA a nível mundial. Na carona da, já em curso, mudança promovida a partir da Inglaterra, passa-se a exigir dos países-sede da Copa do Mundo e da Eurocopa tal modelo como condição básica de realização para absolutamente todas as partidas. Esse item tem relação direta com o anterior, já que se dão de forma entrelaçada, uma vez que o argumento do controle da violência não se dava por uma motivação moral, mas para viabilizar sua rentabilidade financeira, construindo uma imagem de entretenimento organizado e sadio para os consumidores, mídia em geral e investidores/patrocinadores¹⁶.

A partir do entendimento desses marcos históricos podemos compreender as diferentes etapas do desenvolvimento da indústria do futebol quando da expropriação do clube enquanto uma produção do trabalho vivo dos torcedores, ou em outras palavras, da despossessão do clube enquanto um comum produzido pelo trabalho coletivo das pessoas na cidade. A partir daqui podemos avançar para compreender as lutas dos torcedores de forma contextualizada.

Há uma correlação entre o que Negri e Hardt indicam por “expropriação dos comuns”¹⁷ e o que Harvey define como “acumulação por despossessão”^{iv}. Ambas obras apontam uma lógica que incide primordialmente sobre os comuns urbanos, surgido de forma mais agressiva no apogeu do neoliberalismo. Os autores discorrem sobre como na atual quadra histórica a acumulação capitalista se dá cada vez mais fora do processo produtivo, passando pela privatização de serviços e bens público-estatais, especulação financeira, desvalorização de ativos etc, formando assim leituras aproximadas que apelidam pelos termos citados.

¹⁶ PRONI, op. cit, 1998, p.164.

¹⁷ NEGRI, T & HARDT, M. op. cit., 2009, p. 158.

Aqui vale ressaltar a crítica feita por Virgínia Fontes (p.62-74) com relação ao termo “acumulação por desposseção”. Para a historiadora brasileira a mudança “qualitativa” salientada pelo autor dificulta a compreensão da expropriação como base fundante da relação social que sustenta a dinâmica capitalista, e sugere que esse tipo de diferenciação proposta só pode ser originada numa leitura parcial e focada no centro do capitalismo – em especial por tratar de efeitos mais visíveis com a queda do *welfare state*. Virgínia Fontes aponta como as formas de expropriação imperialistas, através de fraudes e roubos, não deixaram de existir no percurso histórico do capitalismo, portanto nunca se “normalizaram” em países centrais, quanto menos nos periféricos¹⁸. A crítica da brasileira se refere muito mais à utilização do termo do que necessariamente à negação do fenômeno do qual ele trata, portanto continuaremos utilizando-os, apesar da concordância com a ressalva.

É esse tipo de expropriação que pretendo mostrar que está relacionado ao processo de mercantilização agressiva do futebol que tem seu principal marco quando da hegemonia neoliberal, apesar de anteceder-lo em alguns aspectos. Esse esforço foi feito muito recentemente por Anirban Karak¹⁹, que discorre sobre o processo de desenvolvimento da English Premier League através do quadro teórico harveyano em questão. Também, muito próximo do esquema de função publicidade e propaganda utilizados anteriormente, Karak se vale do esquema função acumulação e legitimação.

Ao se retomar formulações teóricas mais antigas sobre o futebol, é possível compreender como a potencial apropriação capitalista do jogo era enxergada. Ainda no período que antecedeu às reformas thatcherianas já se apontava a possibilidade de se pensar cada clube de futebol como um "utility maximiser", ou em outros termos, uma empresa. Naquele período já se registravam públicos anuais de 30 milhões de espectadores nos estádios britânicos, numa época em que os clubes rejeitavam propostas de venda de direitos de imagem, para evitar a perda de público assistente pagante. Foi exatamente sobre esse momento histórico que Charles Critcher²⁰ elaborou um dos poucos trabalhos do CCCS da Universidade de Birmingham sobre futebol^v.

O que Karak faz, assim como Giulianotti²¹ também já teria feito em outra chave, é ressaltar os elementos que compõem essa fase mais recente de desenvolvimento da indústria

¹⁸ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 2 ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010, pp. 62-74.

¹⁹ KARAK, A. *Accumulation by Dispossession: A Marxist history of the formation of the English Premier League*. 2015.

²⁰ SLOANE, op. cit.1971; e CRITCHER, op. cit., 1979.

²¹ GIULIANOTTI, R. *Fanáticos, seguidores, fans e flâneurs: uma taxonomia de indentidades do torcedor no futebol*. Revista História do Esporte, 5, p. 25-46. 2012.

do futebol. Tratam mais precisamente do que acontece a partir da formação da English Premier League em 1992, cujo formato já era planejado desde os primeiros ataques thatcherianos. Essa fase marca o afluxo de valores nunca antes vistos no futebol, oriundos de novas fontes, como a tv segmentada e satélite, corporações de telecomunicações, fabricantes multinacionais de material esportivo, empresas de comunicação institucional (relações públicas, assessorias, marketing etc), além da abertura total do futebol ao mercado financeiro, a entrada de empresas de apostas como patrocinadoras e a formação um *starsystem* de jogadores com vultuosos rendimentos. Uma realidade que estaria presente na Alemanha, Espanha, França, Inglaterra e Itália já na virada do século.

Fazendo um rápido balanço da transformação dos clubes em empresas nas principais ligas mundiais, podemos entender assim: A Itália já havia sido a pioneira em transferir a propriedade dos clubes e associações esportivas para a mão de empresas privadas através de uma legislação aprovada em março de 1981, justificada pela dívida que essas instituições possuíam com o próprio Estado. Na Espanha, com a exceção de Barcelona, Real Madri e Athletic Bilbao, todos os clubes deixaram de ser associações civis e foram transformados em empresas S.A, a partir de outubro de 1990. Na Inglaterra, onde os clubes já eram tratados como empresas desde o início do século, a financeirização promovida na década de 1990, juntamente com o crescimento abrupto dos valores referentes a todos os aspectos do futebol, tornou as ações dos clubes demasiadamente caras, impossibilitando suas aquisições por torcedores comuns, como se dava até então. Na França essas mudanças só ocorrem tardiamente, quando em 2004 uma nova legislação obriga que os clubes se tornem empresas a partir de critérios que avaliam suas dimensões estruturais. Na Alemanha esse processo sofre uma dura resistência e configura um caso específico, que será avaliado posteriormente.

Essas mudanças acabam sendo entendidas como preceitos e modelos que precisavam ser admitidos como a única alternativa prática para superar a “crise” do futebol brasileiro, em especial na década de 1990²². O período marca um intenso conflito que dividiu os dirigentes de federações e a CBF de um lado, apontando que a situação se dava por conta da crise econômica e por “fatores externos”; por outro lado alguns dirigentes e jornalistas apontavam a falta de profissionalização e o arcaísmo nas relações de direção e gestão dos clubes brasileiros, solicitando reformas legislativas que promovessem o futebol-empresa no Brasil.

²² PRONI, op. cit., 1998, p. 206.

O período expõe uma contradição presente no futebol brasileiro, quando os próprios cartolas demonstravam não ter interesses em tornar os clubes empresas.²³

Como se sabe, as poucas experiências de transformação dos clubes brasileiros em empresa foram desastrosas, ao passo que o controle dos cartolas seguia absoluto e autoritário sobre os clubes, evitando e adiando constantemente as diversas demandas torcedoras quando à democratização estatutária das instituições, de forma a inserir seus torcedores na tomada de decisão. Esse é apenas um dos tantos capítulos em que as contradições do futebol mercantilizado se esgarçam, colocando em confronto o interesse dos torcedores contra a mercantilização.

4. Resistência torcedora

É essa nova configuração que será chamada popularmente de “futebol moderno” pelos torcedores em todo mundo. O termo é oficialmente utilizado pela primeira vez em 1999, quando um texto é lançado na internet com o título “Against Modern Football Manifesto” por um torcedor do clube italiano Roma. Em poucos dias mais de 70 grupos de torcedores de 21 países assinaram o documento que traçava uma crítica à extrema mercantilização do futebol, às deturpações causadas em seus sentidos e ao desrespeito à cultura torcedora²⁴. O termo “futebol moderno”, dessa forma, deve ser melhor compreendido como “futebol neoliberal”, ou “futebol-negócio”.

Era na Itália que se encontrava o maior número de organizações de torcedores conhecidos como *ultras*, grupos subculturais de diversos tipos, que protagonizavam coreografias e festas nas arquibancadas e, comumente eram identificados com correntes políticas da extrema-esquerda e da extrema-direita^{vi}. Ambos os espectros políticos das arquibancadas de toda a Europa adotaram o lema político e orquestraram durante alguns anos ações combinadas. Pela direita, criticar o futebol moderno simbolizava reivindicar, de forma reacionária, elementos antigos de masculinidade, virilidade, honra, tradição e nacionalismo. Pela esquerda a luta era categoricamente anticapitalista, criticando a elitização do público dos estádios e a mercantilização excessiva do jogo. Eram duas faces distintas de reações populares aos mesmos problemas do futebol-negócio globalizado dos anos 1990 e 2000, que

²³ HELAL, R. *Passes e Impasses: futebol e cultura de massa no Brasil*, Vozes, 1997.

²⁴ NUMERATO, D. *Who Says “No to Modern Football?” Italian Supporters, Reflexivity, and NeoLiberalism*. *Journal of Sport and Social Issues*. Vol. 39(2) 120–138. 2014.

hoje, com a ajuda das redes sociais e formas mais ágeis e fáceis de troca de informações já está difundida por todo o mundo.

Dentre as grandes ligas do mundo apenas a Inglaterra não possui grupos *ultras* de grande porte ou de forma generalizada. A maioria dos grupos organizados de torcedores ingleses que já existiu algum dia está banida ou fragilizada com as mudanças thatcherianas já apontadas. Da mesma forma, não se resumem aos *ultras* a resistência ao “futebol moderno” nos países em que os esses agrupamentos estão presentes. O grande diferencial deles, no entanto, está na capacidade de organização, de mobilização de jovens e da expressão dessas ideias e palavras de ordem nas arquibancadas a partir de suas coreografias e materiais diversos. Possuem, portanto, um potencial diferenciado de reivindicação, da mesma forma que as torcidas organizadas possuem no Brasil, e as conhecidas *barras* possuem no resto da América Latina.

Inclusive por conta de estarem presentes e utilizarem as arquibancadas como espaço festivo, que boa parte das reivindicações desses torcedores se trata do direito de usar artefatos pirotécnicos, consumir álcool, usar bandeiras, ingressos baratos e contra a repressão policial nas arquibancadas. Trata-se da defesa de uma “cultura torcedora” que está em constante ameaça com os novos conceitos aplicados para as praças desportivas e para o próprio público torcedor. Voltaremos a isso mais adiante.

É importante frisar que as lutas torcedoras europeias não se iniciam nos anos 1990 e 2000. Critcher já apontava resistências dos torcedores à mercantilização e à tentativa de mudança do público dos estádios nos anos 1970. Merkel sinalizou diversas experiências de contestação de torcedores alemães contra o preço dos ingressos e da venda dos clubes nos anos 1970/80. Llopis-Goig destacou como os torcedores espanhóis resistiram sem sucesso à empresarização dos clubes, tornando-os de sócios a consumidores²⁵. O que se ressalta nesse artigo, no entanto, é que através das novas formas de relação virtual e troca de informações em uma velocidade nunca antes vistas, torcedores de todo mundo passam a compartilhar slogans e leituras cada vez mais próximas dos processos de mercantilização do futebol. A contestação ao “futebol moderno” está ampliada para muito além dos *ultras* e é mais internacionalizada do que qualquer outra experiência torcedora já foi.

No Brasil, inclusive, já são incontáveis as vezes que foram exibidas faixas, cartazes e bandeiras com os dizeres “contra o futebol moderno”; além da ampliação de lojas e roupas e

²⁵ CRITCHER, op. cit., 1970; MERKEL, op. cit., 2012; LLOPIS-GOIG, R. *From ‘socios’ to ‘hyper-consumers’: an empirical examination of the impact of commodification on Spanish football fans* Soccer & Society, 13, p. 392-408, 2012; e MERKEL, U. *Football fans and clubs in Germany: Conflicts, crises and compromises*. Soccer & Society, 13, p. 359-376, 2012.

outros acessórios que comercializam materiais com esse tipo de simbologia. Mesmo as Torcidas Organizadas, das quais falaremos à frente, que passaram por um bom tempo distante dessas pautas, apesar de serem historicamente resistentes a elementos estéticos estrangeiros já passam a utilizá-las nas arquibancadas de materiais lançados na internet.

Em outra oportunidade²⁶ foram levantadas uma série de estudos sobre as formas de resistência de torcedores à mercantilização do futebol na Alemanha, Espanha, França, Inglaterra e Itália. Notou-se uma ampla variedade de formatos organizativos e táticas de lutas, além de diversas possibilidades de aportes teórico-metodológicos que dessem conta de responder por que, como e pra que os torcedores se organizam para contestar e barrar a mercantilização do futebol.

Crescem na Inglaterra as experiências de *fan ownerships* como forma de resistência. Esses movimentos, como o próprio termo indica, busca trazer o “controle pelos torcedores” através da capacitação e organização desses para a retomada do domínio acionário das instituições, para impedir o controle majoritário de um acionista bilionário, como tem ocorrido em larga escala na primeira e segunda divisão do campeonato nacional local. Durante o governo trabalhista de Tony Blair, em 2000, formou-se a Supporters Direct, uma organização para-governamental que tinha como principal objetivo potencializar a formação das *supporters trusts*, iniciativas conjuntas de certo número de torcedores para recomprar as ações dos clubes.

A proposta era reverter a perda dessa propriedade, como já pudemos ver anteriormente, quando do aumento abrupto dos valores das ações dos clubes, que causaram uma série de investimentos estrangeiros no futebol inglês, ocasionando uma realidade em que quase a totalidade dos clubes da primeira e segunda divisão local estão sob a posse de investidores estrangeiros. São magnatas russos, monarcas árabes, bilionários tailandeses e malasianos, barões do petróleo norte-americano, comerciantes de armas indianos, empresários chineses e todo tipo de mega-investidor que estão totalmente alheios à realidade do clube, da torcida e muitas vezes ao próprio futebol.

Essa iniciativa foi replicada pela própria UEFA, quando da gestão de Michel Platini, ainda em 2009. A entidade justificou o seu interesse por uma Supporter Direct a nível Europa da seguinte forma, em seu site: “Num mundo do futebol ideal os clubes serão estruturados legalmente e governados de forma a priorizar os objetivos esportivos sobre aspectos financeiros. Assim, todos os clubes devem ser controlados e geridos por seus membros – e.g

²⁶ Cf. SANTOS, I.S., *O futuro da torcida: midiaticização, mercantilização do futebol e resistência torcedora*. In XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2015. Rio de Janeiro, UFRJ, 2015a.

torcedores – de acordo com princípios democráticos”. A medida não tem dado resultados muito óbvios, tendo apenas representado uma posição da UEFA no período em que buscou impulsionar o *flair play* financeiro.

No caso dos maiores clubes ingleses essa realidade se tornou tão distante que muitos torcedores passaram a abandonar os clubes originais para refundar outros com nome semelhante, como é o caso do FC United of Manchester, criado em 2005 por torcedores dissidentes do gigante Manchester United, quando esse foi adquirido pelos irmãos Glazer, bilionários do petróleo norte-americanos. Também é o caso dos torcedores que criaram o *Affordable Football Club* of Liverpool, que pode ser lido literalmente como “clube de futebol acessível de Liverpool”, fundado em 2008.

Na Alemanha uma das pautas centrais das organizações de torcedores gira em torno da defesa da lei “50+1%”, que obriga aos clubes a manter mais da metade das ações (51%) na mão dos seus sócios. A lei foi criada como uma medida de equilíbrio, ao limitar 49% das ações do clube para a aquisição por uma ou mais grandes empresas, mantendo o controle geral da instituição na mão dos seus torcedores, ainda que permita a competitividade dos clubes alemães no futebol europeu. A base dessa lei é garantir “estabilidade, continuidade e proximidade dos torcedores”, segundo afirmou um antigo presidente da federação nacional. Essa medida foi colocada em pauta em 2009, a partir de um pedido do presidente do Hannover para derrubar essa barreira, quando 32 clubes foram contrários, atendendo aos pedidos de seus torcedores para garantir que “especuladores e oligarcas não tenham interesse pelos clubes”. Outros 3 clubes se abstiveram e apenas o Hannover manteve a posição a favor²⁷.

Essas formas de resistência à mercantilização excessiva dos clubes já datam desde os anos 1970, quando resultados fraudados causaram o esvaziamento dos estádios, e posteriormente torcedores passaram a se queixar do fato de estarem sendo tratados como meros consumidores, ao invés de considerar a lealdade dos torcedores. Em meio a toda essa crise as soluções encontradas para evitar o declínio do futebol foram, em geral, garantir direitos para torcedores com a garantia de ingressos a baixo custo, incluindo vantagens para desempregados. Tudo isso mediado por profissionais responsabilizados diretamente por esse contato com a torcida. Foi uma nova crise gerada pela falência da empresa que detinha os direitos televisivos da primeira e segunda divisão nacional, no início dos anos 2000, que

²⁷ MERKEL, U. op. cit., 2012.

gerou um novo processo de fortalecimento dos torcedores dentro dos clubes, com o impedimento da transformação em empresas privadas.

Também é importante ressaltar a resistência de torcedores relacionada à *fankultur*²⁸. Esse tipo de demanda impulsionada por diversos grupos de torcedores, incluindo aqueles que se reivindicam *ultras*^{vii}. As pautas vão desde a defesa dos “50+1%”, à reivindicação por ingressos baratos, à exigência de transporte público de qualidade nos dias de jogos, ao direito de ter um setor do estádio exclusivo para os torcedores do tipo mais festivos, o direito ao consumo de cerveja dentro dos estádios, além da recorrente crítica à repressão promovida pela política aos torcedores.

A efetividade da resistência torcedora alemã é facilitada pelo quadro legal que força os clubes a garantir oportunidades para o envolvimento democrático, e permite-os ao engajamento nos processos de tomada de decisão²⁹. Esse é um dos pontos importantes para se pensar na atualidade complexa da luta dos torcedores no Brasil, uma vez que o fracasso da tentativa de transformações dos clubes brasileiros em empresas, regrediu esse projeto, mantendo-os sob o formato jurídico de associações civis. Portanto, são entidades que funcionam com base num estatuto ao qual se submetem todos seus associados. A grande questão, no entanto, é que na atualidade a grande maioria dos clubes de primeira e segunda divisão do Brasil permanece fechados e sem proporcionar a participação democrática de seus torcedores. Essas lutas estão em curso, mas voltaremos a esse aspecto mais adiante.

No Brasil tem sido muito interessante observar como os anos que antecederam a Copa do Mundo fermentaram uma série de experiências de embate, que hoje desembocam em dezenas de manifestações de torcedores. Como também já foi investigado anteriormente³⁰, vários movimentos surgiram com o objetivo de questionar as novas arenas que foram construídas, seja para o torneio da FIFA, seja por fora dele. A Associação Nacional dos Torcedores e a Frente Nacional dos Torcedores, organizações supra-clubísticas já encerradas, se destacaram ainda no início da década, ao lado dos Comitês Populares da Copa.

Boa parte das ações que antecederam e acompanharam a inauguração das arenas foi desempenhada por grupos dispersos e pontuais que denunciavam o aumento do preço dos ingressos e a privatização desses estádios. Entretanto, nos clubes surgiram organizações, a exemplo do Povo do Clube (Internacional), Dissidenti (Palmeiras), Resistência Azul Popular (Cruzeiro) e Movimento Por Um Corinthians Popular (Corinthians). Também surgiram uma

²⁸ Ibidem.

²⁹ Idem.

³⁰ SANTOS, I. S., op.cit, 2015.

série de torcidas de alcunha “antifascista” relacionadas a alguns clubes, muito presentes no meio virtual, da mesma forma que surgem blogs e páginas nas redes sociais sobre o tema.

No final de 2015 e início de 2016 se abriu um novo momento do futebol brasileiro a partir de uma série de protestos iniciados pela Gaviões da Fiel, do Corinthians. O gancho dessas manifestações ocorreu quando da descoberta, pelo Ministério Público, do envolvimento de um eterno inimigo das torcidas organizadas num esquema de cobrança de propinas para fechamento de contratos e fraudes na compra de merenda escolar. Tratava-se do deputado estadual Fernando Capez, ex-promotor público notabilizado por criminalizar as to's e responsável pela proibição de diversos artigos festivos das torcidas paulistas desde 1995.

Tomando fôlego nos protestos contra o ex-promotor, que a Gaviões da Fiel promoveu uma série de protestos com várias pautas: contra os altos preços dos ingressos, contra a FPF e a CBF, contra o horário dos jogos às 22h e contra a criminalização das to's. Esses protestos foram seguidos por diversas outras agremiações representando uma retomada no protagonismo destas nas lutas dos torcedores, depois de um longo tempo. Trata-se de um tipo específico de organização, que como já colocado em comparação com os *ultras*, possuem potenciais superiores de organização, e portanto, capazes de oferecer maior resistência à mercantilização do futebol.

Bernardo de Hollanda³¹ faz um profundo levantamento dessa militância torcedora em outros períodos. Registra-se o canto “A torcida organizada / Derruba a cachorrada!”, partindo do grupo Poder Jovem do Flamengo, ainda no remoto ano de 1968. Na primeira quadra dos anos 1980 foram promovidos diversos boicotes, organizados pela Associação de Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (Astorj) pela diminuição do preço dos ingressos nas arquibancadas. Fizeram-se piquetes, barraram-se bilheterias, ocupou-se as antigas “gerais” (setor de ingressos mais baratos, hoje extinto) para protestar com faixas e palavras de ordem. A própria Gaviões da Fiel se notabilizou por sua atuação nesse momento histórico. É nesse período em que se nota o princípio da postura criminalizadora da grande imprensa, quando passa a dar visibilidade apenas aos eventos de vandalismo e confronto físico, ocultando as pautas das torcidas e suas ações de protesto.

É importante notar que essa criminalização tem peso crucial no sufocamento das torcidas organizadas. Para sobreviver à criminalização dos órgãos de segurança pública, de

³¹ HOLLANDA, B. *O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro (1967-1988)*. 2008. 771 f. Tese - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

promotores exibicionistas do Ministério Público e parlamentares carentes de pautas no executivo; as torcidas precisaram adotar uma postura mais defensiva. Por um lado, evitavam demasiada exposição e confronto direto com tais órgãos, aceitando medidas baseadas em contrapartidas, como o bom comportamento resultar em maiores permissões de uso de materiais como percussão e faixas e bandeiras. Por outro lado as “organizadas” viram-se necessitadas de suporte interno dentro dos clubes, conquistando (e nunca se submetendo, frise-se) a aliança de cartolas e outros nome fortes. Essas relações, repletas de contradições, são justificáveis se analisado o histórico que marcou os anos 1990 e 2000, evitando uma leitura superficial e viciada como a utilizada nos principais jornais esportivos do país.

5. O direito à cidade, ao estádio e ao clube

Muitos dos autores destacados aqui e em outros trabalhos publicados anteriormente compartilhavam a leitura de que os torcedores acreditavam ter um senso de propriedade [*sense of ownership*] ou reivindicavam ser donos simbólicos [*symbolic owners*], dos seus clubes. É esse, de fato, o espírito que aqui tentou-se frisar para compreender como, por quê, para quê os torcedores se organizam contra a mercantilização do futebol. Não obstante, a palavra de ordem dos torcedores ingleses contra a alta dos preços dos ingressos anunciada para a temporada 2016/2017 foi a frase “*We are fans, not costumers*” [somos torcedores, e não clientes]. É esse tipo de identificação mais visceral e íntima, pautada em sentimentos de representatividade, identidade e topofilia que nos interessa, pois é ela que define o tipo de torcedor que de fato produz o clube enquanto um comum cultural.

Charles Critcher³², baseado em Raymond Williams, propôs uma definição de três categorias ou tipos de relação das pessoas com os clubes de futebol, entre “membros”, “consumidores” e “clientes”, naquilo que ele vislumbrava ser um momento agressivo de mercantilização que mudaria o futebol. Giulianotti³³ vai se inspirar nessa tipologia e atualizá-la para um contexto recente, ampliando essas possibilidades entre o “fanático”, “seguidores”, “fãs” e “flaneurs”.

Ainda não achamos adequado utilizar essa taxonomia – carente de uma série de outros elementos e de adaptações a realidades distintas, como a brasileira – identificamos que o membro/fanático^{viii} é o objeto real desse artigo. Critcher identificava no “membro” uma identidade enraizada, mais firme e dificilmente quebrável, enquanto Giulianotti aprimora esse

³² CRITCHER, C, op.cit, 1979.

³³ GIULIANOTTI, R op. cit., 2012.

conceito, mantendo o diálogo, para entender o “supporter” como portador de elementos de solidariedade densa, espaços topofílicos, identidade fundamentada e relações subculturais; para o qual clube tem uma centralidade no seu projeto de autoformação, ao mesmo tempo que rejeita uma relação meramente mercadológica.

É esse tipo de torcedor que, independente da realidade em que viva, é capaz de resistir ao discurso de mercantilização do futebol enquanto um caminho favorável para o clube, uma vez que esse processo atinge diretamente os seus interesses e aos de seus iguais enquanto torcedores, sentindo-se lesado e, por assim dizer, expropriado daquilo que foi, junto com as gerações anteriores, produzido pelo comum. Esse é o ponto de articulação que estamos fazendo desde o começo.

Como já mostrado anteriormente esse tipo de senso de propriedade pode se manifestar de diversas formas: na aquisição e tomada de controle acionário, na resistência contra a privatização e empresarização do clube, na reivindicação por reformas estatutárias democratizantes, ou mesmo se resumindo a agitar suas bandeiras nas arquibancadas. São exemplos que corroboram a afirmação feita no início do artigo: ainda que desempenhada por atores múltiplos e plurais, as lutas empreendidas pelos torcedores são contempladas, e de certa forma contemplam, a ideia da construção do comum; e ainda que desconhecedoras das ideias do “comum”, essas lutas propõem a formação, construção e defesa do comum no campo do futebol como uma saída para o agressivo processo de mercantilização do jogo

Bernardo de Hollanda³⁴, nas suas investigações sobre as lutas das torcidas organizadas, invoca as leituras de E.P Thompson, para observar que boa parte das lutas da história se orientava por uma noção de direitos e de legitimidade que estavam sendo extraída. O autor resgata Sergio Micelli que, observando a própria Gaviões da Fiel no período das primeiras demonstrações de combate, por parte das torcidas, segue o mesmo raciocínio, quando aponta que o futebol estaria fazendo às vezes da arena onde as questões sociais o embate política encontra momentos para vir à tona: “Não custa lembrar que nem sempre o conflito irrompe onde a história europeia nos ensina a situá-lo”. São argumentos que solidificam o exercício, aqui proposto, de relacionar as os movimentos de resistência de torcedores à mercantilização do futebol no contexto das lutas anticapitalistas pelo direito à cidade.

É compreendendo essa leitura que entramos em acordo com Harvey quando dá destaque a esses descontentamentos que surgem no ciclo da circulação do capital (mercadoria

³⁴ HOLLANDA, B. op. cit., 2008.

e dinheiro) e não apenas no da produção (trabalho), apontando que eles possuem sua importância. Para ele os movimentos sociais urbanos sempre tem um conteúdo de classe mesmo quando se referem diretamente a direitos, cidadania e à reprodução social³⁵.

Para Negri e Hardt o comum artificial/cultural é envolve tanto o produto do trabalho vivo quanto os meios da produção futura e, ainda que não estejam passíveis de se tornarem escassos como os comuns culturais, é objeto de retirada e banalização³⁶, como ficou claro na longa explanação sobre o processo de emprezarização dos clubes. Mas é preciso pensar um pouco além do clube, pois ele não é o único comum que é produzido no campo do futebol. É preciso pensar como a cultura torcedora e o estádio – as formas e o templo do torcer – também são comuns culturais em processo de expropriação capitalista.

Gilmar Mascarenhas³⁷, tomando como base a leitura de Henri Lefebvre, atualiza a ideia de direito à cidade e reposiciona-a para entender o estádio. Uma vez que o espaço social urbano é um produto sempre inacabado do embate entre a lógica da propriedade e as táticas populares de apropriação, o estádio pode ser entendido como um microcosmo da reprodução social da cidade, onde esses conflito e negociação, típico da cidade capitalista, se instala quando da definição das suas condições de normas de acesso e de uso.

Assim, a formatação das arenas multiuso representa um momento em especial dessa realidade, uma vez que promove o processo de exclusão de um setor menos favorecido da sociedade através da majoração do preço dos ingressos, ao passo que doutrina e cerceia diversas formas de práticas e modos de torcer. Esse novo modelo de estádio representa, portanto, uma faceta do assalto neoliberal sobre a cidade, quando analisado seus impactos na cultura do futebol, uma vez que priva, agride e exclui, significando um retrocesso quanto ao direito à cidade. Esse raciocínio em muito se relaciona com as questões referentes à atualização da ideia da produção da cidade e do comum e as suas formas recentes de expropriação, como foi feito durante todo esse artigo.

É importante ressaltar, ao que o próprio Mascarenhas indica ter acordo, que em diferentes momentos históricos foram promovidas mudanças e projetos para o uso dos estádios e seus públicos. Seja o estádio de massas dos tempos em que o Estado favorecia imensas praças desportivas, seja os estádios controlados do início dos anos 1990, seja nas novas arenas, a forma de expressão das torcidas sempre resultou da dialética entre esse aspecto gerencial do espaço e dos corpos, e os seus próprios anseios, criações, reinvenções e

³⁵ HARVEY, D, op. cit., 2014, p. 231.

³⁶ NEGRI, T & HARDT, M. op. cit., 2009.

³⁷ Gilmar Mascarenhas. *Não vai ter arena?: Futebol e Direito à Cidade*. Advir (ASDUERJ), v. 32, p. 24-38, 2014.

dribles. Em suma, entre o comum artificial que representava a cultura torcedora e a tentativa de controle do Estado ou do mercado sobre sua expressividade. A grande questão que se ressalta nessas novas arenas é que se trata de um projeto sem precedente e sem pudor de higienização e elitização do público dos estádios.

Quanto da perda do estádio, pode se fazer um paralelo do que ocorre com as grandes cidades brasileiras e mundiais naquilo que se convencionou a chamar de “revitalização”. São bairros históricos e caracterizados por elementos culturais que, na medida em que suas características exóticas são propagandeadas por agentes imobiliários, sofrem o processo de gentrificação causado pelo aumento dos custos de vida no local. Esse movimento não só expulsa seus usuários originais em detrimento de um público alheio a todos aqueles aspectos culturais que “valorizaram” a região; como também é responsável por degradar esse comum cultural ao ponto de torna-lo irreconhecível. É exatamente o que vem ocorrendo nessas novas arenas, na medida em que promovem a mudança drástica do perfil do público dos estádios para garantir maiores lucros. O frequentador dos estádios agora deve ser filtrado a partir de sua capacidade de desembolsar os maiores valores possíveis no ingresso, na alimentação, no estacionamento e nas mais variadas formas de consumo, comportando e sustentando os objetivos que simbolizam o modelo de um espaço amplo de variadas formas de consumo, no qual o futebol é apenas um dos produtos.

David Harvey – ao contrário do que Negri e Hardt não deixam claro – não dispensa o papel do Estado no processo de construção do comum³⁸. Para ele é preciso proteger o fluxo de bens públicos que sustentam as qualidades do comum, num sentido muito útil para abordar o tema do direito ao estádio. A privatização recente dos estádios brasileiros, após suas reformas e/ou construção para a Copa do Mundo, tirando o seu caráter público para a entrega de seu controle por consórcios privados, a partir de regimes de Parceria Público-Privada (PPP)^{ix}. A PPP é uma das modalidades “sugeridas” pela FIFA para a gestão desse tipo de praças desportivas que a entidade máxima do futebol passou a considerar como obrigatório para a realização da Copa do Mundo, desde 1994.

A escolha como PPP retirou as poucas brechas de pressão dos torcedores e clubes sobre o tipo de estádio que desejam ter, o que nos leva ao apontamento feito por Harvey quanto a uma das tarefas mais importantes de se proteger os comuns culturais, como promover “um ataque político de duas mãos” ao obrigar o Estado a oferecer e manter esses bens públicos, por um lado; e promover a auto-organização popular para apropriar, usar e

³⁸ HARVEY, D. op. cit., 2014, p. 144-145.

complementar esses bens³⁹. Decisão acertada tomada por alguns movimentos que exigiam o fim das concessões privadas das arenas no período de efervescência política que marcou o pré-Copa, algo tratado pelo próprio Mascarenhas como uma das formas de inclusão do futebol e dos seus estádios na agenda do movimento social pelo direito à cidade.

Por outro lado, viu-se clubes como Vitória, Santa Cruz, Sport, Vasco e ABC atendendo às reivindicações dos torcedores, se recusaram a assinar acordos de uso desses novos equipamentos, para que priorizassem as suas praças desportivas próprias. No seu próprio estádio, o clube está habilitado, e conseqüentemente os torcedores estão, a praticar ingressos mais baratos e garantir setores das arquibancadas que comportem os variados tipos de torcedores – família, idosos, festivos etc.

Portanto podemos pensar o clube, o estádio e a cultura torcedora como bens comuns sob a ameaça constante e contraditória da apropriação e destruição quando da captura do comum pelo capital. É dessa forma que as experiências já levantadas nos levam a crer que a luta dos torcedores se referem a duas bandeiras centrais: o direito ao estádio e o direito ao clube.

Como aponta David Harvey, não se trata de atender às exigências da acumulação da riqueza, produzindo-a para que ela seja apropriada pela classe que nada produz. Trata-se de descobrir maneiras criativas de utilizar esse trabalho coletivo - ou o trabalho vivo, nas vezes de Negri e Hardt - para o bem comum, fazendo com que o seu valor mantenha-se sobre o controle daqueles que o produziram⁴⁰.

6. Conclusão

Um dos trabalhos mais antigos utilizados como referência, nesse artigo que aqui se encerra, data da década de 1970 e é nele que vemos, talvez, uma das primeiras leituras pessimistas sobre o novo futebol-negócio. Charles Critcher encerra aquele artigo dizendo que os efeitos que ele denunciou, decorrentes mercantilização do futebol, estariam simbolizando o apito final desse jogo enquanto um elemento da cultura da classe trabalhadora. De fato, o ambiente não é favorável e nem inspirador, mas todas as experiências elencadas anteriormente provam que as pessoas tem um incrível hábito de não aceitar mudanças que firam aqueles elementos que consideram centrais no seu entendimento enquanto seres

³⁹ HARVEY, D. op. cit., 2014, p. 168.

⁴⁰ Idem.

humanos: o que gostam de fazer, quem gostam de chamar de um dos seus, onde gostam de estar e ao que dedicam suas energias e esperanças de momentos únicos de felicidade.

Ao que parece, ainda que dispersos e bem distintos, esses movimentos de resistência torcedora se conectam pelo objetivo de evitar que o futebol deixe de existir enquanto futebol. Esses movimentos não apenas provam que essas situações se reinventam, como o futebol, tal e qual outros tipos de comuns, está em constante produção, e é esse o ponto central. As pessoas não só reinventam e se reapropriam do futebol ao seu jeito, como se mostram mais do que dispostas de tomar-lhes o que é de direito, da mesma forma que tantos outros elementos fundamentais da vida estão em constante processo de disputa contra a dominação capitalista. O futebol segue vivo apesar dos seus algozes.

Na mesma longínqua década de 1970, em que Critcher praticamente decretou o fim do jogo, diante de tantas críticas ao tipo de euforia popular causada pelo futebol, o escritor inglês Arthur Hopcraft apontou que o futebol, por conciliar conflito e beleza, representa muito daquilo que ele entendia por arte. Mas um tipo de arte que as pessoas possuem da forma que jamais possuirão música, teatro, literatura ou religião, porque o futebol não as pode enganar as pessoas como essas coisas fazem, ao esconder delas seus métodos e intenções obscuras. Para Hopcraft o futebol não é “apenas um jogo”, porque não foi apenas um jogo durante esses, hoje, cento e cinquenta anos de existência. O futebol, disse Hopcraft, significa tanto para as pessoas como a poesia significa para alguns, ou o álcool significa para os outros: o futebol expressa quem somos.

Notas

ⁱ Esse exercício já foi feito em outras oportunidades. Ver SANTOS, I.S. “*O público que devemos abolir*”: a elitização do futebol brasileiro e as novas Arenas. 92 f. Monografia (Graduação) – Curso de Graduação em Comunicação Social, UFS, São Cristóvão, SE, 2014; SANTOS I.S. *O futuro da torcida: midiatização, mercantilização do futebol e resistência torcedora*. In XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2015. Rio de Janeiro, UFRJ, 2015^a; e SANTOS, I.S. *Mercantilização do futebol e movimentos de resistência dos torcedores: histórico, abordagens e experiências brasileiras* (no prelo), 2016b.

ⁱⁱ Nesse quesito seria interessante notar a formação de clubes ligados a fábricas, bancados pelos próprios patrões, com nomes e emblemas que lembrasse as empresas. Trata-se de um momento bem específico de sinestesia entre o capital concorrencial e o Estado, atuando sobre o futebol e se utilizando de seus potenciais “educativos”.

ⁱⁱⁱ Em 2012 o primeiro-ministro britânico David Cameron, através de um pedido formal de desculpas, em nome do estado inglês, reconheceu publicamente a fraude dos laudos do acidente, retirando a culpa que recaía sobre os torcedores do Liverpool.

^{iv} Um diálogo muito interessante entre Negri & Hardt e Harvey é feito por Alexandre F. Mendes. Suas colocações sobre o tema fora muito úteis para compreender as possibilidades e os limites de intercâmbio entre esses autores.

^v Center for Contemporary Cultural Studies, considerado o berço dos Estudos Culturais, uma das principais escolas do pensamento crítico sobre comunicação e cultura, cujos baluartes à época eram E.P Thompson, Raymond Williams e Richar Hoggart.

^{vi} A Direção Central da Polícia de Prevenção, órgão ligado à Polizia di Stato da Itália, divulgou em 2003-2004 um estudo que apontava 445 grupos ativos na Itália, com a seguinte formação: apolítico (54%), esquerda (13%), extrema-esquerda (6%), direita (16%), extrema-direita (9%).

^{vii} Segundo Merkel, op. cit, 2012; na Alemanha predominam os agrupamentos *ultras* de esquerda, ao contrário da Itália, um dos berços dessa subcultura.

^{viii} Giulianotti usa originalmente o termo “supporter”, que é como muitos ingleses se referem a si mesmos enquanto torcedores. A tradução, apesar de não muito precisa, é devidamente justificada no artigo em português.

^{ix} Essa modalidade de gestão foi utilizada no Maracanã, Mineirão, Fonte Nova, Arena das Dunas, Pernambuco e Castelão. Em outros três casos não houve interesse privado. Três outras arenas já pertenciam a clubes e portanto representam outra lógica a se analisar.

Referências

BOLAÑO, C. (org.). **Comunicação e a crítica da economia política: perspectivas teóricas e epistemológicas.** / Organizador César Bolaño; - São Cristóvão: Editoria UFS, 2008.

CRUZ, Antonio. **A nova economia do futebol: uma análise do processo de modernização de alguns estádios brasileiros** / Antônio Holzmeister Oswaldo Cruz. – Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, Museu Nacional, 2005.

CRITCHER, Charles. **Football Since The War.** In: CLARKE, J.; CRITCHER, C.; JOHNSON, R. (orgs). *Working Class Culture: Studies in history and theory.* Londres: Hutchinson, p.161-184, 1979.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história.** 2 ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010, 388p.

GIULIANOTTI, R. **Fanáticos, seguidores, fans e flaneurs: uma taxonomia de identidades do torcedor no futebol.** Revista História do Esporte, 5, 2012, 25-46.

HARVEY, D; HARDT, M & NEGRI, A. **Commonwealth: An exchange**. Artforum, <Disponível em: <http://www.korotonomedya.net/kor/index.php?id=27,316,0,0,1,0>>. Acesso em: 07/03/2016.

HARVEY, D. **The Future of the Commons**. In: Radical History Review, n. 109, p. 101-107, 2011.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana**. São paulo, Martins Fontes, 2014.

HELAL, R. **Passes e Impasses: futebol e cultura de massa no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

HOLLANDA, Bernardo B.B. **O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro (1967-1988)**. 2008. 771 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

KARAK, A. **Accumulation by Dispossession: A Marxist history of the formation of the English Premier League**. 2015 Disponível em: <<http://www.umass.edu/economics/sites/default/files/Karak.pdf>>. Acesso em 12 mar 2016.

LLOPIS-GOIG, R. **From ‘socios’ to ‘hyper-consumers’: an empirical examination of the impact of commodification on Spanish football fans** Soccer & Society, 13, p. 392-408, 2012.

MASCARENHAS, G. **Um jogo decisivo, mas que não termina: a disputa pelo sentido da cidade nos estádios de futebol**. Cidades (Presidente Prudente), v. 10, p. 142-170, 2013.

MASCARENHAS, G. **Não vai ter arena?: Futebol e Direito à Cidade**. Advir (ASDUERJ), v. 32, p. 24-38, 2014.

MENDES, F. A. **Para além da tragédia do comum: conflito e produção de subjetividade no capitalismo contemporâneo**. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação da Faculdade de Direito da UERJ, 2012.

MERKEL, U. **Football fans and clubs in Germany: Conflicts, crises and compromises**. Soccer & Society, 13, p. 359-376, 2012.

NUMERATO, D. **Who Says “No to Modern Football?” Italian Supporters, Reflexivity, and NeoLiberalism**. Journal of Sport and Social Issues Vol. 39(2) 120–138. 2014.

NEGRI, T. & HARDT, M. **Commonwealth**. Cambridge e Massachusetts: The Belknap Press of Havard University Press, 2009.

- SIMÕES, I. **Há vida, enfim, no futebol brasileiro**, 2016. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/brasil/ha-vida-enfim-no-futebol-brasileiro/>>. Acesso em 24 fev 2016.
- SÁMANO, J. **Torcedores ou clientes?**, 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/11/deportes/1455212385_218666.html?id_externo_rsoc=FB_CM>. Acesso em 20 fev 2016.
- SANTOS, Irlan Simões. **“O público que devemos abolir”: a elitização do futebol brasileiro e as novas Arenas**. 92 f. Monografia (Graduação) – Curso de Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão, SE, 2014.
- SANTOS, Irlan Simões. **O futuro da torcida: midiaticização, mercantilização do futebol e resistência torcedora**. In XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2015. Rio de Janeiro, UFRJ, 2015a.
- SANTOS, Irlan Simões. **Mercantilização do futebol e movimentos de resistência dos torcedores: histórico, abordagens e experiências brasileiras** (no prelo), 2016b.
- SANTOS, H. S. dos. **“Pugnas Renhidas”: futebol cultura e sociedade em Salvador**. Dissertação (Mestrado em História). DCHF, Universidade Estadual de Feira de Santana. 2012.
- SLOANE, P. J. **The Economics of Professional Football: The Football Club As A Utility Maximiser**. Scottish Journal of Political Economy, v. 18, n. 2, p. 121-146, 1971.
- PRONI, Marcelo Weishaupt. **Esporte-Espetáculo e Futebol-Empresa**. 1998. 275 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TOLEDO, L. **Lógicas no futebol: dimensões simbólicas de um esporte nacional**. 2000. 322 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.